

Tirando a floresta do papel

Plano do governo federal propõe implementar ações efetivas em favor das florestas daqui e do resto do mundo

Em 1999 a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), do Ministério do Meio Ambiente, oficializou o reconhecimento da importância do setor florestal brasileiro na estrutura organizacional da administração direta do governo federal. O Plano Nacional de Florestas estabeleceu a competência para propor políticas e normas, definir estratégias e implementar programas e projetos nos temas relacionados com preservação, conservação e gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade; o reflorestamento e a recuperação de áreas alteradas; a utilização sustentável de florestas e a prevenção e controle de queimadas e incêndios florestais.

Coube à Diretoria do Plano (Diflor) propor instrumentos e normas ambientais; promover,

coordenar e integrar ações que assegurassem o uso sustentável dos recursos florestais, o reflorestamento e a recuperação de áreas alteradas, e incentivar medidas que garantissem a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais.

As linhas mestras

O plano plurianual do governo federal, e o Orçamento Geral da União contemplaram o setor florestal com três linhas programáticas:

- expansão da base florestal plantada e manejada – Florestar;
- florestas sustentáveis – Sustentar e Prevenir;
- combate a desmatamentos, queimadas e incêndios florestais – Florescer.

Num Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do programa Avança Brasil, foi identificado um montante de R$15,7 bilhões como oportunidades de investimentos públicos e privados, para o período 2000-07 na área de meio ambiente. Desse total, R$3,3 bilhões referem-se a oportunidades de negócios com florestas.

Embora tanto a configuração final do plano plurianual, do Orçamento de 2000 da União, como a do Avança Brasil tenham sido favoráveis à área florestal, foi identificada a necessidade de um programa mais abrangente e balizador para solucionar o conjunto dos principais problemas e demandas do setor.

Foram identificados R$15,7 bilhões

como oportunidades de investimentos públicos e privados, para o período 2000-07, na área de meio ambiente. Desse total, R$3,3 bilhões referem-se a oportunidades de negócios com florestas.

Instrumento legal

O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi criado pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, publicado na edição extra do *Diário Oficial* da União de 22 de abril de 2000. O decreto estabeleceu que a formulação e a definição de alcance, metas, prioridades, meios e mecanismos institucionais e comunitários do PNF fossem realizados de forma participativa, acolhendo sugestões da sociedade brasileira.

O documento básico para a elaboração do programa foi concebido em abril de 2000, com base nos estudos realizados pelo MMA, Ibama, ONGs ambientais e sociais, instituições de ensino e pesquisa e entidades do setor empresarial de base florestal.

Foram considerados também os resultados de discussões na esfera do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), sobre a atualização do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965).

Demandas em destaque

A discussão das propostas do PNF ocorreu em diferentes regiões do país, envolvendo mais de 600 instituições do setor, pequenos e médios produtores florestais, movimentos sociais, organizações ambientalistas, acadêmicos, profissionais liberais, empresários, pesquisadores, representantes dos governos federal, estaduais e municipais, atingindo cerca de 1.200 pessoas.

Entre as principais demandas apresentadas destacaram-se: desburocratização e simplificação dos instrumentos normativos da área; descentralização da gestão de fomento florestal; criação de linhas de crédito compatíveis com prazo, carência e maturação dos empreendimentos do setor; estabilidade de regras sobre a legislação; treinamento e capacitação de recursos humanos; fortalecimento das instituições de pesquisa; implementação de um serviço de extensão florestal e assistência técnica.

As estratégias do plano

O PNF contempla as seguintes estratégias de monitoramento e controle:

- Elaborar planos de ação para a redução, prevenção e combate a incêndios, queimadas acidentais e desmatamentos ilegais por bioma, considerando o aprimoramento das estruturas existentes de monitoramento por imagens de satélite;
- ampliar o esforço das ações de controle da comercialização e do fluxo de transporte de produtos florestais de origem nativa em todo o país e que implicam fiscalização da procedência, origem e destino das madeiras que abastecem as empresas que industrializam, comercializam e consomem produtos florestais;
- avaliar a regulamentação da atividade florestal, assegurando a participação equilibrada dos representantes dos setores produtivos, sociais e ambientais;
- delinear instrumentos que induzam a migração dos suprimentos de matéria-prima oriunda dos desmatamentos ilegais para os de manejo florestal sustentável, alterando a lógica prevalecente que favorece o corte raso em detrimento do manejo;
- considerar a possibilidade de permitir a terceirização dos serviços de vistoria, responsabilizando administrativa e criminalmente os técnicos, em parceria com os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAs) sem dispensar o papel de supervisão e auditagem dos órgãos responsáveis pelo exercício do poder de polícia nas questões ambientais/florestais;
- atualizar as informações sobre as áreas de risco potencial para queimadas e incêndios, utilizando dados meteorológicos, de ocupação antrópica e índices relativos à vegetação, produzindo mapas de identificação por unidade da federação.

Além disso, devem ser realizados estudos específicos para o aprimoramento da gestão institucional, em especial sobre a viabilidade de se criar uma agência nacional de florestas; apoio ao pequeno e médio produtor rural no desenvolvimento de atividades agroflorestais; modernização do parque industrial; consolidação e ampliação da rede de florestas nacionais (Flonas), estaduais e municipais.

Vertentes do PNF

Do ponto de vista produtivo, as vertentes do PNF estão voltadas para o manejo florestal sustentável; a implementação das unidades de conservação de uso sustentável; a recuperação de áreas alteradas; o fomento e a reposição florestal; a produção, industrialização e comercialização de produtos florestais; a agrossilvicultura; o apoio às populações tradicionais e indígenas.

Essas vertentes estão direcionadas à adequação dos instrumentos legais e normativos, especialmente, à atualização do Código Florestal; a monitoramento e controle; ao sistema de informações; à extensão florestal; à gestão e fortalecimento institucional; a treinamento e capacitação de recursos humanos e para educação, ciência e tecnologia.

Na Amazônia, a expansão da

fronteira agrícola favorece a ocupação desordenada da área. Com práticas de manejo não-sustentáveis, cortes rasos e incêndios, lá se repete o modelo de uso predatório das florestas nativas de araucária e da Mata Atlântica, do Sul e do Sudeste.

Florestas plantadas

Estudos conduzidos pela Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) e por associações setoriais identificam a existência de um desequilíbrio entre oferta e procura de madeira, para atender às projeções de crescimento das indústrias de base florestal.

As tendências apontam taxas de crescimento elevadas para o segmento de celulose e papel mas com limites no ritmo de expansão, pois os estoques de madeira não permitem o atendimento da demanda do mercado interno. Tampouco têm condições de assegurar a manutenção da posição brasileira no mercado internacional a médio e longo prazos.

Na produção de madeira serrada, em regiões onde as matas nativas são escassas, é possível que haja uma substituição gradual da matéria-prima de florestas primitivas pela produzida em reflorestamentos. A taxa de substituição dependerá do desenvolvimento tecnológico com espécies de eucalipto, que tende a ocupar parte do mercado hoje dominado pela produção de madeira de origem nativa.

Tendências da produção

Estima-se um crescimento acentuado na produção de painéis de madeira reconstituída. Há projetos em implantação e perspectivas de novas fábricas de aglomerados, Medium Density Fiberboard (MDF) e Oriented Strand Board (OSB), os quais deverão ocupar mercados hoje pertencentes ao compensado e à madeira serrada. As lâminas de toras de pínus poderão substituir aquelas produzidas a partir da madeira nativa.

No setor de carvão vegetal e lenha, as projeções indicam uma demanda crescente de madeira de florestas plantadas, em substituição às de origem nativa. Há mais de 20 milhões de hectares de terras alteradas pelo uso agropecuário, que poderão ser incorporadas à expansão da base plantada para esse fim.

Base florestal plantada

Ampliar a base florestal plantada, procurando integrar ao processo produtivo as pequenas e médias propriedades rurais está entre os objetivos do PNF. A meta é alcançar 630 mil hectares/ano, e a estratégia de ação icluirá:

- apoiar técnica e financeiramente os pequenos e médios produtores rurais, na implantação de florestas;
- estimular as associações ou cooperativas de reposição florestal;
- consolidar os pólos regionais de desenvolvimento, com base em florestas plantadas,
- agregar valor aos produtos em toda a cadeia produtiva;
- fortalecer o zoneamento ecoeconômico;
- promover a assistência técnica;
- incorporar as atividades florestais ao Pronaf e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- ampliar os programas de fomento florestal integrados à indústria da madeira;
- negociar a aplicação dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento e fiscais de investimento junto ao Ministério da Integração Nacional;
- simplificar os procedimentos legais e administrativos para plantio, colheita, transporte, processamento e comercialização de produtos e subprodutos florestais provenientes dos reflorestamentos, equiparando a silvicultura às plantações agrícolas;
- dimensionar os programas de expansão da base plantada em função do mercado consumidor, com a participação de pequenos e médios produtores rurais;
- disciplinar a reposição florestal;
- aprimorar o monitoramento das florestas;
- apoiar os serviços de extensão dos governos estaduais e municipais.

Manejo de floresta

Para ampliar e consolidar a base de florestas manejadas em áreas públicas e aprimorar o sistema de gestão das unidades de uso sustentável, o manejo visa ampliar em 50 milhões de hectares as florestas na Amazônia Legal até 2010, sendo no mínimo 10 milhões de hectares efetivados até o ano 2003.

Visa também assegurar que as Flonas atuais e futuras possam suprir, no mínimo, 10% da demanda de madeira em toras oriunda da Amazônia até o ano 2003. Além disso, objetiva aumentar para 1,5 milhão de hectares as áreas de florestas no Nordeste até o ano 2010, para o abastecimento da demanda de lenha, produtos não-madeireiros e de uso rural na região, e propor a ampliação das áreas de reservas extrativistas.

Estratégias de ação

Priorizar a criação de Flonas, no raio econômico dos principais pólos madeireiros e regiões produtoras de madeira na Amazônia Legal (oeste do Pará, extremo norte do Mato Gros-

so, sudeste do Amazonas, norte de Rondônia e Acre) e em terras arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e outras áreas devolutas, situadas em zonas de vocação florestal na Amazônia e no Nordeste, está entre as ações planejadas.

Além dessas, o plano se propõe a criar florestas nacionais, estaduais e municipais em todo o território nacional, como reservas estratégicas de recursos naturais renováveis, assim como ampliar as reservas extrativistas, beneficiando as populações tradicionais; e a implementar Flonas na região amazônica em áreas de melhor acessibilidade econômica. Na região Nordeste e em Goiás e Mato Grosso do Sul, dar prioridade à criação e implementação de florestas nacionais nas zonas com maior demanda de lenha.

Manejo sustentável

Nas florestas nativas em áreas privadas, o objetivo é ampliar os sistemas de manejo sustentável, mesmo nas destinadas a compor a reserva legal das propriedades rurais. A meta é incorporar ao regime de produção sustentável a área de 20 milhões de hectares em propriedades privadas que tenham cobertura vegetal nativa na Amazônia e 560 mil hectares no Nordeste até o ano 2010.

Para isso, as estratégias serão:

- promover e difundir, nas áreas de florestas passíveis de produção, o manejo sustentável;
- aumentar a rentabilidade do manejo, estimulando a certificação socioambiental como estratégia de acesso aos mercados nacional e internacional;
- desenvolver parcerias entre o setor privado e instituições públicas de fomento florestal, extensão rural e pesquisa;
- viabilizar mecanismos de incorporação das atividades de manejo florestal em pequenas e médias propriedades no Pronaf;
- articular ações junto aos gestores dos FCO, FNO, FNE, Finam e Finor para adequação dos critérios de financiamento aos aspectos técnicos do manejo, valorizando a floresta em pé;
- favorecer o suprimento de matérias-primas florestais provenientes do uso sustentável, mediante a simplificação dos regulamentos legais e administrativos, especialmente para os casos de manejo florestal comunitário.

Diminuir custos e melhorar a produtividade

Existem exemplos de sucesso no desenvolvimento científico e tecnológico florestal, a partir de programas implementados em parcerias entre universidades e empresas privadas, como os que levaram o setor de celulose e papel a atingir altas produtividades florestais com intensas agregações de valor.

Tanto em plantações, especialmente em pequenas propriedades rurais, quanto em áreas de manejo de florestas nativas ainda existe a predominância da baixa produtividade. Em diversos segmentos do setor florestal são constatados níveis reduzidos de aproveitamento eficiente das matérias-primas e elevados índices de desperdício. A redução dos resíduos gerados principalmente pelas pequenas e médias indústrias de madeira é mais um desafio a enfrentar.

Os custos para recuperar e promover a restauração de áreas de preservação permanente, de reservas legais ou degradadas, foram substancialmente reduzidos na última década. De qualquer forma, para a maior parte dos produtores rurais esses investimentos ainda são proibitivos. É necessário diminuir custos e melhorar a qualidade técnica dessas atividades. É necessário melhorar a produtividade florestal, reduzindo desperdícios e agregando valor aos produtos florestais, além de ampliar e atualizar as atividades de ensino florestal tecnológico e superior.

Para isso, o PNF pretende aumentar em 50% a produtividade de pequenas e médias propriedades rurais com plantações florestais até 2010, reduzindo custos de recuperação e restauração de áreas de preservação permanente, de reservas legais e áreas degradadas. O plano propõe-se ainda a diminuir em 30% a geração de resíduos em serrarias de madeira de florestas nativas e a apoiar os projetos e atividades de utilização dos resíduos das indústrias madeireiras.

Ações propostas em educação florestal

- Investimentos em tecnologias florestais para os pólos de desenvolvimento, em especial os segmentos do setor que apresentam baixa produtividade.
- Na área de ciência florestal, canalizar recursos, via processos competitivos, para instituições governamentais e não-governamentais de pesquisa.
- Estabelecer um programa especial de apoio ao desenvolvimento tecnológico florestal junto a populações tradicionais e indígenas.
- Realizar oficinas de sensibilização para os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais com competência para atuar na área ambiental/florestal.
- Dar atenção privilegiada aos produtos não-madeireiros para agregar valor às florestas em pé.
- Preparar e publicar material informativo sobre a adequação curricular dos ensinos tecnológico e superior florestal.
- Mobilizar uma campanha nacional ressaltando a ação das diferentes tipologias florestais sobre a melhoria da qualidade de vida e os demais recursos naturais.